

O EXERCÍCIO DA AVALIAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PORTUGUESAS

J. RENATO ARAÚJO
ZITA HENRIQUES

RESUMO

A avaliação das Universidades Públicas surge como uma forma de controle do Governo em ambiente de Autonomia, mas também como uma forma de responsabilização das instituições perante a sociedade.

O modelo de avaliação, em desenvolvimento em Portugal, baseia-se nos seguintes princípios: contratualização entre o Governo, as Universidades e a Fundação das Universidades Portuguesas; participação no processo de toda a comunidade académica; independência das Comissões de Avaliação Externa; horizontalidade (avaliação em simultâneo da mesma licenciatura em todas as instituições pela mesma Comissão de Avaliação Externa).

A avaliação tem como finalidade verificar se os objectivos apontados pela instituição estão a ser atingidos, identificar os pontos fortes e fracos e traçar uma estratégia para corrigir os últimos.

A avaliação tem identificado deficiências várias como: ambiguidade nos objectivos, extensão das matérias, escassez de multidisciplinidade e elevado insucesso escolar nos dois primeiros anos.

A avaliação reafirmou que a qualidade se constrói em ambientes apelativos para os docentes e alunos e pela rigorosa selecção dos docentes visando a constituição de equipas para além dos ambientes das disciplinas.

ABSTRACT

The assessment of the Portuguese Public Universities as we understood it, was established not only for the Institutions to account for their actions before Society, but also for the Government to control the Autonomy of the Universities.

The Portuguese evaluation model, is based on the following principles: the drawing up of contracts between the Government, the Universities and the Foundation of the Portuguese Universities; participation of students, teachers and staff in the evaluation process; independence of the External Evaluation Committees; the same committee will assess all similarly named degrees in all Portuguese Universities.

The main aims of the Evaluation System are: to check if the goals appointed have been achieved, to identify the strengths and the weaknesses and to set strategies to correct any problems.

Evaluation has identified several handicaps such as: a certain ambiguity as far as the goals are concerned; insufficient criteria and high rates of failure in the first two years.

Evaluation has restated that quality develops in appealing environments for the teaching staff and the students and through a criterion recruitment of teachers aiming at building teams.

PALAVRAS CHAVE

Autonomia, Contratualização, Independência, Participação.

KEYWORDS

Autonomy, Recruitment, Independence, Participation.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A avaliação (evaluation) da Universidade resulta de uma conjugação de factores que importa conhecer para melhor se entender os fins e os métodos.

A clara propagação viscosa de certos padrões de cultura americana no período pós II Guerra, conjugada com a interiorização de que a educação era a base da dinâmica social, trouxe para a sociedade a apetência pelo Ensino Superior, assim como alguns padrões de referência hauridos na sociedade competitiva e de mercado.

Os anos 60 mostram que os modelos centralista de administração do Estado não correspondem às transformações que as economias de desenvolvimento exigem, pelo que assistimos a um fenómeno de descentralização a nível político e administrativo de que resultam a afirmação ou reafirmação de pólos identificados na base da indústria e tecnologia ou do ensino.

Paralelamente, a sociedade vai evoluindo, criando espaço para a intervenção do cidadão ditada pela sua afirmação pessoal *construída quer com mais conhecimento, quer pelo seu grau de exigência perante as estruturas governativas.*

A avaliação aparece-nos, assim, como uma forma de controle do Governo em ambiente de autonomia, como uma exigência do cidadão e do colectivo face a uma oferta que constituiu o vértice da pirâmide e de responsabilização da instituição e daqueles que a afirmam perante o estado ou a sociedade. E todos estes caminhos estão envolvidos pela globalização, mobilidade, comunicações, espaços geopolíticos alargados.

2. O MODELO DE AVALIAÇÃO

O modelo que estamos a desenvolver em Portugal assenta em alguns princípios que convém conhecer:

a) Avaliação do desempenho: centrada na referência à qualidade que resulta dos objectivos definidos pela Universidade, seja ao nível da área científica, seja ao nível do ensino (curso).

b) Contratualização e participação: desenhado na base de um contrato entre os Ministérios, as Universidades e a Fundação das Universidades Portuguesas, versando calendarização, orçamento e guião. Participação das comunidades académicas (professores, estudantes e staff), através da produção de um relatório de Auto-Avaliação que contempla inquéritos aos alunos e professores, audição das estruturas representativas dos professores e dos alunos e reforçada, posteriormente, pelas audições da Comissão de Avaliação Externa (CAE) ou Comissões de Peritos.

A indicação do Presidente/Coordenador da Comissão Externa/Peritos é produto de uma discussão aberta em grupo representativo (com 1 representante de cada Universidade) da área científico/pedagógica.

c) Harmonização e Horizontalidade: a avaliação contempla todas as Universidades e deve vir a abranger todo o sistema de Ensino Superior (público ou privado, universitário ou politécnico) e tem como base *determinadas referências que permitam evidenciar os lados positivos e os lados negativos*, seja ao nível da produção científica, seja ao nível do ensino, da organização e dos ambientes.

d) O papel das Comissões de Avaliação Externa: a total independência e multifacetada composição da CAE, com a presença de professores estrangeiros

(normalmente 2) e representantes dos empregadores (indústria e serviços), é factor decisivo para o processo e seus fins. A obrigatoriedade de durante 3 dias se conhecer o ambiente em que foi produzido o relatório-base do exercício da avaliação. Não há uma só verdade e a racionalização que impera na Universidade obriga a contextualizar um pensamento, uma informação, uma resposta...

O acesso dos membros da CAE a todos os documentos produzidos: trabalhos científicos, teses, textos pedagógicos, conteúdos curriculares, grau de integração de conhecimento, avaliação dos estudantes, testes, exames, assim como das condições físicas, laboratoriais, biblioteca e instrumentos burocráticos.

Nestas visitas às Universidades importa, também, o contacto com os professores e alunos em sessões especiais, a par de sessões abertas a todos os estudantes e professores que queiram assistir. Não é despidendo referir que as Comissões têm de considerar padrões de eficiência, rentabilidade, profissionalismo, mas, também, aferir da conviviabilidade como valor do ambiente formativo. A obrigatoriedade da apresentação de uma síntese oral das observações feitas e de exercícios comparativos desenvolvidos durante a visita, aos responsáveis pela área/curso, mas, também, aos responsáveis pela Faculdade/Universidade, na preocupação de responsabilização de todos os participantes.

e) Abertura e Fiscalização: as Comissões de peritos podem ser contestadas pelas Universidades na base de conflitos ético/deontológicos. A Comissão apresenta, depois das visitas às instituições, um relatório por cada Universidade que pode ser contestado por estas. O relatório e os documentos de suporte da contestação constituem o relatório final que, depois de analisado no Conselho de Avaliação (participação de docentes, estudantes e individualidades), se vai tornar público (comunicação social, Internet) através do Ministério da Educação.

f) Legitimidade: a estrutura e os instrumentos decorrem de uma lei aprovada, por unanimidade, no Parlamento, pelo que está política e socialmente legitimada. Mais importante, eventualmente, será analisar a legitimidade dos vários intervenientes. Parte da resposta a esta questão levou a considerar que as Reitorias das Instituições seriam os interlocutores privilegiados, pelo que foi criada a figura de Coordenador Geral da Avaliação de cada Universidade, normalmente um vice-reitor ou um pró-reitor, havendo reuniões periódicas de todos com o Conselho de Avaliação da F.U.P. Estabeleceu-se ainda neste quadro, que os relatórios de Auto-Avaliação deveriam ser discutidos, por fases e de maneira aberta. Entendeu-se também que os Presidentes das CAE deveriam ser professores em topo de carreira e que não estivessem em exercício.

A legitimidade está vertida num relatório controlado pelos participantes, dirigido a cada Universidade que, posteriormente, conjugado com as audições nas Universidades, o torna documento definitivo e objecto de contestação e consulta, como se afirmou.

3. ALGUNS OBJECTIVOS A ATINGIR COM ESTE PROCESSO

A nível interno:

A auto reflexão e a congregação de elementos, muitas vezes dispersos, num todo (relatório de Auto-Avaliação) são instrumentos base para uma melhoria. Quando estes dados,

são analisados por ópticas opostas há uma segunda base para a melhoria. A terceira base advém das correntes de informação e da qualidade dessa informação e da sua disponibilidade (valorizações).

Se o exercício de concatenação é, em si, importante, mais o será ao nível da discussão dos comportamentos e das atitudes e dos compromissos (deveres) dos intervenientes, discussão que envolverá certamente os seguintes pontos:

- como o mundo universitário é algo displicente no estabelecimento de metas, importa considerar e analisar como tornar efectivos, no tempo, alguns dos objectivos propostos; envolver nele o máximo de pessoas sem afectar a qualidade dessas metas;
- como compatibilizar ensino/aprendizagem (formativo) com uma visão contabilística do exterior;
- como se deve posicionar e hierarquizar a lealdade do professor quando ele é solicitado, a nível individual ou da Universidade, a obter financiamentos fora da Universidade;
- como organizar a resposta da Universidade à Sociedade que quer ver a investigação traduzida em benefícios a curto prazo.

Estes são objectivos internos que plasmam a avaliação e a par de outros de hierarquia superior -qualidade e excelência ou de outros de horizontes extramuros- como avaliar os alunos não só na sua capacidade de aquisição de conhecimentos, mas na sua atitude crítica e profissional, interventiva e aberta ao reconhecimento dum aprendizagem ao longo da vida.

A nível do sistema:

A avaliação revela um determinado compromisso da instituição e dos seus protagonistas com a sociedade quanto à qualidade. Sociedade aqui representada por peritos (expert) profissionais como membros das Comissões; constituiu-se, assim, uma primeira base para uma reanálise em termos de métodos e objectivos, a qual será confrontada na audição dos empregadores, das autoridades regionais e dos antigos alunos. Os vectores exógenos que condicionam as respostas das instituições são assim ponderados e vertidos no exercício final.

Em evidência ficam as responsabilizações, a nível individual ou institucional, no quadro do que são exigências da Sociedade à Universidade. A avaliação põe por isso à disposição da Universidade elementos para a reflexão sobre a sua missão, hoje.

Neste momento e por força das circunstâncias, as análises centrar-se-ão em saber se os cursos têm articulação com o mercado e se a investigação tem capacidade de resposta ao nível dos problemas regionais.

A compatibilização dos fins da Universidade com estes objectivos, entre outros, passará por uma análise ao nível de gestão e dos recursos humanos e financeiros que o exercício da avaliação evidenciará. Importa, sempre, relevar que a Universidade não é uma instituição de serviços, homogeneizada na base de certos padrões transportados do mundo

empresarial e que a diversidade, riqueza maior das Universidades, pode, em certos ambientes produzir diferentes respostas efectivas à problemática dual - o enriquecimento cognitivo individual com as gradativas exigências profissionais em ambiente multicultural e ético para um número grande de estudantes que o desenvolvimento exige.

A projecção de um curso ou de uma área numa determinada Universidade abrirá a porta para investimentos vindos do exterior.

4. RESULTADOS DESTES PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é o conjunto de instrumentos que seguindo uma metodologia produz resultados que importam ao Governo/Estado e à própria Universidade. A metodologia desenvolvida em Portugal favorece o processo sobre uma relação input/output, acentuando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, enquadrando, contudo, indicadores que os exercícios comparativos exigem.

Sendo um exercício participativo, importa que o papel dos actores seja cada vez mais crítico e cada vez mais desenvolvido em função de objectivos que se espera, estejam bem definidos.

Aberta à discussão está a problemática de formação dos vários intervenientes que obrigará ao estabelecimento de normas éticas. Não prender a avaliação aos pares (peers) mas, reconhecendo que a mais valia do processo resulta da sua intervenção, importa equilibrar em número para que se faça sentir a intervenção de outros peritos, nomeadamente estrangeiros e profissionais.

O Governo, através do Ministério da Educação, desenvolve uma estrutura de financiamento baseada no estudante e no curso e, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma política de financiamento para a investigação baseada na qualidade/competitividade.

A avaliação tem posto em evidência que em muitos departamentos a investigação é prioritária em relação ao ensino. A avaliação evidencia que áreas de grande produção científica, mesmo com qualidade, nem sempre são os melhores ambientes para o ensino.

Ao revelar que estes mecanismos dicotómicos produziram alguns efeitos negativos, a avaliação obrigou o Governo a considerar um pequeno financiamento na base da qualificação académica dos docentes que se designa "Financiamento básico para a investigação".

Um outro resultado da avaliação decorre da análise de áreas/disciplinas que influenciam os percursos curriculares dos alunos e que se traduzem na finalização dos seus cursos, genericamente, em (5+2) anos; está hoje identificado que o 1º ano é um ano de retenção elevada, cerca de 40%. A evidência destes factos, em parte conhecidos, acelerou medidas externas e internas para o que de maneira simplificada se designou por "combate ao insucesso escolar". Modificações nas medidas de acesso, e ao nível do currículos do ensino secundário têm sido acompanhadas de criação de condições financeiras e humanas para experiências várias que passam, por exemplo, pelo regime tutorial.

A avaliação mostrou deficiências várias como: desenhos curriculares normalmente de banda estreita, numerosos cursos, ambiguidade nos objectivos, extensão das matérias e das horas de leccionação não criando métodos de estudo aprofundados, pouca articulação dos assuntos, escassez de multidisciplinidade e de disciplinas relacionadas com o mundo exterior, pouco trabalho na sala de aula. Uma outra nota que sobressai dos resultados da avaliação passa pela hierarquia de áreas de interesse que professores e alunos têm em relação à Universidade. Os alunos, mesmo do 1º ano, consideram as suas afinidades por esta ordem -Disciplina, Departamento/Faculdade, Universidade; esta situação é, paradoxalmente, também evidenciada pelos docentes, ainda que com percentagens mais suaves. Contudo em certas Universidades a ligação entre docentes e alunos é só partilhada com a Faculdade.

5. AVALIAÇÃO/CREDITAÇÃO

O problema da creditação dos cursos e das ligações à avaliação é recorrente, mormente com as organizações profissionais a ganharem mais intervenção nos últimos anos. Não ignorando os factos e os problemas que se entrelaçam com a autonomia das Universidades, a avaliação procura recrutar peritos externos no grupo de profissionais indigitados para a creditação. Novo em Portugal (1998) é o sistema de creditação de cursos que habilitam ao exercício profissional de professores do ensino básico e secundário.

6. APROXIMAÇÃO À GESTÃO EMPRESARIAL

A avaliação veio permitir ao conjunto das Universidades e aos docentes (globalmente) uma aproximação às metodologias e instrumentos desenhados pela gestão empresarial, nomeadamente quanto ao controle de qualidade e ao relacionamento com o consumidor. Este exercício passa por reenquadrar ou redescobrir a quantificação de recursos, a hierarquização de actividades e objectivos, a compatibilidade de resultados com os objectivos e os meios, a admissibilidade de padrões de performance contextualizados e a importância e tratamento de informação para públicos alvo. O contacto com uma cultura de eficiência na óptica empresarial, valorativa dos processos sumativos sobre os formativos, é um ganho conseguido pela avaliação.

7. OS ALUNOS

Para além dos inquéritos e da participação na realização dos relatórios de Auto-Avaliação, os alunos estão presentes em sessões especiais com a Comissão Externa de Avaliação. É pedido às Comissões que dialoguem com os alunos de modo a que para além de aferirem do desempenho dos professores e da metodologia dos exames, tenham a possibilidade de inferir se o ensino praticado permite ao aluno ganhar instrumentos e atitudes profissionais, mas também, atitudes éticas. Numa sociedade dinâmica e de incerteza importará menos ter um aluno dotado de uma atitude unívoca (conhecimento absoluto) ou mesmo de entendimento da multiplicidade e diversidade e mais um aluno com atitudes construtivas e com a noção de que o Mundo exige um processo de investigação crítica permanente.

8. A AVALIAÇÃO E OS ANTIGOS ALUNOS

As Universidades dos países latinos não tinham preocupação com os antigos alunos e não reconheciam o quão importante eles poderiam ser. A instituição não estava atenta aos seus graduados e aos seus percursos profissionais. A ligação sentimental à "alma mater" era, para certas Universidades e grande maioria dos alunos, o único elo.

Hoje, tendo em conta a erosão dos conhecimentos adquiridos, a formação ao longo da vida e a importância da empregabilidade dos seus graduados, as Universidades, de maneira pragmática, passaram a olhar para os antigos alunos como os interlocutores privilegiados para a reflexão exógena.

Em algumas Universidades e tendo como referência que os antigos alunos são os maiores doadores das suas Escolas nos países (Estados Unidos, Inglaterra, etc.), com tradição neste campo, começam a esboçar-se políticas de filantropia dos antigos alunos. A avaliação veio mostrar que os antigos alunos são fundamentais para a análise dos currícula e metodologia de ensino, evidenciando, nomeadamente, a importância em termos de formação do seu envolvimento em projectos ao nível dos anos terminais que lhes permitem entender, por exemplo, a planificação, os processos aquisitivos e tratamento de dados, o trabalho colectivo e disciplinado.

9. A AVALIAÇÃO E OS RECURSOS

Este exercício exige recursos financeiros consideráveis (várias centenas de milhares de contos) e envolve muitas centenas de pessoas.

Neste primeiro ciclo de avaliação serão avaliados mais de 300 cursos das Universidades Públicas. As Comissões de Avaliação Externa mobilizaram mais de uma centena de professores de topo de carreira, num total de 334 peritos distribuídos da seguinte forma:

TABELA 1. *Peritos envolvidos nas Comissões de Avaliação Externa*

Nº de Peritos Universitários	Nº de Peritos Extra-Universitários	Nº de Peritos Estrangeiros
220	64	50

Os Governos e as Universidades têm de encontrar nas transformações e modificações (resultados) um balanço positivo, pelo que a exigência à qualidade será cada vez mais intensa.

Mobilizando muitos docentes, é fundamental que os documentos produzidos desde os inquéritos aos relatórios sejam a expressão do rigor crítico e analítico que enforma toda a actividade académica.

10. CONCLUSÃO

A avaliação reafirmou que a qualidade se constrói em ambientes apelativos para os docentes e alunos e pela rigorosa selecção de docentes visando a constituição de equipas para além dos ambientes académicos.